

# DRAMAS, CONFLITO E CONVERGÊNCIAS: O PROCESSO DE REMOÇÃO NA VILA AUTÓDROMO

DRAMAS, CONFLICT AND CONVERGENCE: THE REMOVAL PROCESS IN VILA AUTÓDROMO

Rodolfo Teixeira Alves\*

**Cite este artigo:** ALVES, Rodolfo Teixeira. Dramas, conflito e convergências: o processo de remoção na Vila Autódromo. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.85-115, março de 2017. Semestral. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

**Resumo:** O presente artigo apresenta algumas questões que surgiram durante trabalho de campo desenvolvido na Vila Autódromo, comunidade localizada na baixada de Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro. A comunidade, vizinha ao antigo Autódromo de Jacarepaguá, passou por um processo de remoção em razão da construção dos aparatos do Parque Olímpico, para as Olimpíadas Rio 2016. A partir dos relatos dos moradores, este artigo remonta alguns processos pelo quais a comunidade passou ao longo de década, apresentando *dramas*, descontinuidade e intermitências do lugar. Apresenta ainda os projetos que surgiram da confluência entre moradores e seus “apoiadores”, além de outros agentes que figuraram o processo; suas fronteiras simbólicas e inscrições no espaço.

**Palavras-chave:** Remoção, Conflito, Olimpíadas Rio 2016, etnografia urbana.

**Abstract:** This article presents some issues that arose during the fieldwork in the Vila Autódromo, community located in Jacarepaguá, west of Rio de Janeiro, which underwent a removal process due to the construction of apparatuses the Olympic Park. From the reports of the residents, this article brings some processes by which the community has and which are the basis of its foundation presenting discontinuity dramas and flashes of place. It also presents the projects that emerged from the confluence of residents and "supporters" and the symbolic boundaries that demarcate the space.

**Keywords:** Removal, conflict, Olympic Rio 2016, urban ethnography.

**E**ste trabalho se dedica a tratar, sob uma perspectiva etnográfica, da Vila Autódromo, comunidade situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro que, assim como muitas outras comunidades da cidade, passou por um processo de remoção nos últimos anos[1]. O texto é resultado de um trabalho de campo em curso, e visa refletir sobre material de campo coletado desde novembro de 2015 até outubro de 2016. Os principais

objetivos são abordar a memória dos moradores, os sentidos atribuídos ao território, a trajetória dos indivíduos como fator importante na disputa pelo *lugar*, bem como suas articulações com seus “apoiadores”, além de outros atores que se distribuem pelo espaço da comunidade.

O processo de remoção de moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro mobiliza inúmeras justificativas, atreladas a razões variadas, relativas aos seus contextos histórico-sociais; e a história da cidade, seu espaço urbano, se faz através da atualização dessas justificativas, como uma dialética de ocupação, demolição e construção. O poder público se utiliza de categorias como “área não-planejada” – linguagem dos urbanistas –, adjetivando as regiões passíveis de intervenção. Essas áreas “não-planejadas” são carregadas de *estigmas* (Valladares, 2000, p.12; Rolnik, 2015, p. 129), passando pela “degradação” do meio ambiente devido à falta de saneamento básico, ou como áreas que podem gerar “riscos” aos moradores em ocasião de chuvas torrenciais ou outros fenômenos naturais; ora até mesmo como espaço de iminência de violência na cidade, que vai endossando os argumentos de intervenção nessas regiões. Partindo dessa equação, o poder público mobiliza toda sua rede-técnica, com Defesa Civil e instâncias de segurança pública dando pareceres; grupos mais diversos do setor privado que apresentam planos para algumas regiões da cidade – seguindo uma lógica econômica de “desenvolvimento”. Aparecendo de diferentes maneiras ao longo das décadas do século XX e início do XXI, na forma e no conteúdo, no Rio de Janeiro, o poder público não perde a “oportunidade” de colocar em prática a política permanente de remoção de favelas do cenário da cidade (Magalhães, 2013).

No Rio de Janeiro, os últimos anos se forjaram como um momento propício para continuar e intensificar as políticas de reorganização do espaço urbano, apresentando novidades no quesito transporte público (BRTs, VLTs, linha 4 do Metrô ligando a zona sul ao Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca), “revitalização” de algumas regiões do centro da cidade, como é o caso do Projeto Porto Maravilha, na região da Praça Mauá, que hoje apresenta seus *boulevares*, além do famigerado Museu do Amanhã. Essas, entre outras intervenções na cidade, fazem parte do “legado olímpico” projetado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e mostram a eficiência em termos de aproveitamento das oportunidades que os Jogos Olímpicos proporcionam para a cidade sede [2]. Mike Davis (2006) já havia anunciado, antes do Rio de Janeiro ser escolhido como cidade sede (2009), que os megaeventos aparecem como uma boa maneira de colocar em prática a “antiga linguagem da modernização”, pela qual, para esse autor, o poder público, com todos os seus grupos de interesses, não se resigna em expulsar os pobres de suas comunidades.

A cidade do Rio de Janeiro foi sede dos principais grandes eventos mundiais [3] e se apresentou como um grande campo de investimento arado por uma lógica neoliberal de planejamento (Vainer, 2011), e no caso da “cidade olímpica”, ganha destaque as inúmeras *parcerias público e privado* (PPPs) na gestão de preparo da cidade. Fechando o ciclo desses eventos, as Olimpíadas Rio 2016 foram a grande “oportunidade” apresentada de reformulação da cidade, trazendo consigo “muito mais que olimpíada” (slogan da Prefeitura), que trariam mudanças substanciais para a cidade, sendo a região da Barra da Tijuca – “coração da cidade olímpica” – a maior expressão, com a construção do Parque Olímpico e Vila dos Atletas.

Assim, concensuado pelos grandes veículos midiáticos que propagaram a “oportunidade” na opinião pública, entre poder público e iniciativa privada, se fez o inexorável avatar do “legado olímpico”.

A Zona Oeste da cidade, especificamente a região da Barra da Tijuca e a baixada de Jacarepaguá[4], onde se localiza a Vila Autódromo, apresentou inúmeras mudanças ao longo da segunda metade do século XX. Em 1968, sob encomenda do poder público, o arquiteto modernista Lúcio Costa projetou o *Plano Piloto para Urbanização da Baixada Compreendida Entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*, como o qual pretendia “adiantar um processo inevitável de ocupação daquela região”, tendo como objetivo último “um ordenamento na ocupação da região e de sua articulação com o centro, zona norte, zona sul e zona oeste” (Sampaio, 2014, p. 54). E continua:

Quando da elaboração do Plano Lúcio Costa, a Barra da Tijuca já apresentava uma ocupação que se dava a partir da Estrada do Joá, construída em 1929, na gestão do prefeito Prado Jr – a Barrinha, Jardim Oceânico e Tijuamar. Até então, a Barra da Tijuca não possuía ligação direta com a Zona Sul da cidade (Ibidem, p. 55)[5].

Essa recente “invenção” da Barra da Tijuca (o bairro mesmo teve origem na década de 1930) contou com a promoção de infraestrutura que possibilitou a exploração imobiliária e comercial da região. Ainda em Sampaio, vemos que alguns eventos na década de 1970 aprimoraram o fluxo para o bairro: inauguração do Túnel Dois Irmãos, atualmente chamado de Zuzu Angel (1970); conclusão da autoestrada Lagoa-Barra, com o Túnel do Joá finalizado (1971). Essas infraestruturas viárias teriam possibilitado “a abertura da grande fronteira para o mercado imobiliário, rumo às praias da Barra, que se apresentam como alternativa aos crescentes problemas da “cidade grande”, com excessivo adensamento, barulho, falta de segurança, de estacionamento e poluição (Ibidem, p. 55). Com isso surgiram, na Barra, empreendimentos habitacionais como Nova Ipanema, Novo Leblon, Parque Atlântico Sul, Barramares, Riviera Del Fiori e Alfabarra.

Deixando de ser o “sertão carioca” como teria caracterizado Magalhães Corrêa nos idos de 1936, hoje, segundo o censo de 2010, a região conta com 909.368 habitantes, sendo 26% desse total, alguma coisa como 236.834 habitantes, de população “favelada” (Ibidem, p. 48).



FIGURA 1: Mapa da Região. Acervo: Prefeitura, 2012

Todas essas questões se apresentam na discussão do atual contexto da Vila Autódromo. Este trabalho pretende se somar às análises que buscam entender, de maneira aproximada, como se é possível constituir um *lugar* no “mundo-da-vida cotidiana” (Norberg-Schulz, 2006) ressaltando os aspectos dos conflitos que os *dramas sociais* (Turner, 2008) apresentam. São essas questões que orientam este trabalho.

## 1. Construindo o Lugar

Um *lugar*, de acordo como compreendemos, se constrói em torno de um “próprio” – “distribuem elementos nas relações de coexistência”, “implica uma indicação de estabilidade” (Certeau, 1998, p. 201). Um *lugar* reserva fenômenos, emaranhado de sentimentos (Appadurai, 1995), que nos ajudam a entender a agência dos sujeitos no cotidiano, como “um cruzamento de móveis” no “lugar praticado” (Certeau, 1998, p. 202). Dito de outro modo, um *lugar* pressupõe pertencimento, é *familiar* (Agier, 2011), circunscreve uma *ordem* de compartilhamento social, cultural e político que se define pela distinção.

A cidade está cheia de *lugares* (Arantes, 1994). Esses *lugares* demarcam fronteiras simbólicas no espaço urbano – sua dimensão física –, “eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição” (Ibidem). Dessa forma, os *lugares*, se vistos como “patrimônio” de grupos (*representação*), “ao serem construídos, usados, reconstruídos e preservados, sofrem simultaneamente os efeitos constantes da destruição, na medida mesmo em que são permanentemente transformados” (Gonçalves, 2015, p. 225).

A Vila Autódromo, reivindicada como “comunidade” por seus moradores [6] ([comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br](http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br)), aparece como um *quadro de interação*, nos termos de Cordeiro e Costa (1999), onde a “densificação de laços sociais e formas simbólicas, não só são *atravessados por significativos processos de mudança* como se constituem enquanto *cenário de múltiplas intersecções*” (Ibidem, p.75). Como “comunidade”

(Anderson, 2008), *esquecidas* as desigualdades internas, buscando ser construída na prática e no discurso, está no plano da *memória coletiva*.

A “origem” da comunidade Vila Autódromo, como é narrada pelos moradores, deriva da ocupação das margens da Lagoa de Jacarepaguá por pescadores nos idos dos anos de 1960. É partir da Lagoa de Jacarepaguá que começa a sua narrativa de “comunidade”. Às margens da Lagoa se construíram relações de solidariedade através da pesca; ali os pescadores *habitavam* [7]. Dona Mariza do Amor Divino [8], moradora “há 35 anos com maior orgulho”, conta que antes a Lagoa de Jacarepaguá “era limpinha, clarinha” e que, além da limpidez da lagoa, era possível ver a prosperidade que ela proporcionava: “dava muito peixe! Carpa, Caraúna, Robalo, Saveia, Taíinha”:

Eu nasci aqui em frente à pista de corrida do Autódromo. Quando eu me fiz mocinha vim pra cá pescar, porque meus pais já vinham também – antes. A gente vinha pra cá pescar. Quando eu fiz uns 17 anos, fiquei pescando de vez. Aí eu dei uma parada, fui para o Espírito Santo; depois eu voltei para o Autódromo novamente e continuei a minha vida de pesca até uns dez anos atrás, porque de uns dez anos pra cá a lagoa ficou toda poluída – ela ficou poluída depois que fizeram a Rio 2 [9].

D. Mariza remete a um tempo de tranquilidade. A lagoa de Jacarepaguá era o espaço de pesca, fonte de alimentação, de renda, pela qual se destacava com o manejo de sua rede. Também na lagoa era dividido o cotidiano com seus “camaradas”, demonstrando relações afetuosas, mas que, dado ao intenso contato com eles e isolamento da região, criava certo desgaste. Por isso receber a visita de pessoas de “fora”, que iam lá pescar, era ocasião de festa, onde se assava peixes, batucava-se “pagodinho”:

Toda a minha mocidade foi aqui. Pescando, vivendo a minha vida, vendendo meus peixes lá fora. [...] Botava a rede de madrugada e não dormia; e de madrugada mesmo eu recolhia ela, tirava o peixe e tornava a colocar. Era difícil alguém colocar rede. Quem botava mais rede ali era eu e o finado Bio Preto. Porque aqui teve três Bio: dois brancos e um preto. Era eu e ele, porque ele também não tinha preguiça de botar a rede dele. E a gente se dava bem. [...] E foi assim a vida da gente aqui. A gente era muito feliz, sabe?, muito feliz aqui como pescador. Vivía a nossa vida. Tinha momentos que a gente tinha de solidão, né? Porque sabe como é a vida de pesca – é até triste. Não era assim um local cheio de moradia, cheio de casa, não, porque era cabana – as nossas casinhas eram todas cabanas. Entendeu? Aí tinha momentos que a gente até enjoava de olhar um pro outro porque, de tanto ficar muito junto, direto, dia e noite, noite e dia, madrugada, a gente sentia falta de ver alguém estranho. Quando vinha alguém estranho pescar, nossa!, era festa pra gente! A gente ficava feliz, sabe? Aí a gente começava a batucar na lata, batucava na tampa da panela, começava a cantar pagodinho, cantar pagodinho, enquanto nossas redes estavam lavadas... a gente era muito feliz! A gente assava nosso peixinho na brasa, quando não a gente fritava... e aí foi a vida da gente. Levamos muitos e muitos anos.

O longo trecho do depoimento de D. Mariza é importante para dar sentido à narrativa da Vila Autódromo antes dela se transformar em um “local cheio de moradia”, o surgimento da

comunidade. Para D. Mariza, tudo isso começou a ruir com a construção dos condomínios do entorno da Lagoa. Esses empreendimentos começam a surgir na região em meados dos anos 1970, e “dão origem a um novo conceito de moradia, associando residência a serviços e lazer” (Leitão e Rezende, 2012, p. 3). Ainda segundo a moradora, essas construções jogavam seus esgotos na Lagoa de Jacarepaguá – “botaram umas bocas de manilha esgotando na lagoa. Fomos lá de barco e vimos as bocas de manilha” –, fator que originou a poluição[10] e, sucessivamente, a diminuição da pesca no local. A partir da narrativa da moradora, o evento parece não ter acontecido em um momento específico, embora pareça coincidir com a vinda do “pessoal”, quando a comunidade começou a ser ocupada por pessoas “que não tinham condições de morar em outros lugares”.

Os eventos, que ganham uma relação de causalidade na narrativa da moradora, apresentam uma descontinuidade no desenrolar da comunidade que, além de prejudicar a sua prática de pescaria, sucede no rompimento com os seus vínculos de afinidade, com sua rede de solidariedade ecolaboração, que parece ter se desenvolvido por uma prática (a pesca) que se dava pela (e na) Lagoa.

Quando fizeram o (condomínio) Rio2 começaram a poluir a lagoa, aí a água começou a ficar cada vez mais turva e, quando entrava na lagoa, já não se via mais os pés. Antes a gente andava com água no pescoço e você via seus pés. Eu lavava roupa e tomava banho nessa água, só não bebia porque a água era salobra – ela é misturada com a água do mar (Marapendi) e da cachoeira que começa lá no Camorim. [...] **[Como é pra senhora ver a lagoa poluída assim?]**– Nossa! Muito triste! Era o que eu estava falando, logo assim que começou a poluição, foi muito triste porque nós, pescadores, começamos a nós separar. Cada um foi embora para um canto. Muitos que não eram cariocas, eram nordestinos, foram embora. Foram procurar um canto.

Essa perda do sentido da lagoa para D. Mariza, a despedida de seus “camaradas” – “ter que se despedir da família[...] e esses anos todos nunca mais nos vimos, não sei se morreram pra lá, se ainda estão na pesca” –, coincide com a descontinuidade daquele espaço, e esse *acontecimento vivido* (Pollak, 1992) marca a construção de sua memória como agente na fundação da “comunidade”. Segue dizendo que não está mais na pesca “porque acabou a lagoa”. A desorganização de suas relações de afinidade, quando seus amigos de pesca, na impossibilidade de continuar se viram na obrigação de fazer outras coisas, marca o *acontecimento* com a chegada de novos agentes para ocuparem a região. São esses casos externos – haja vista que a vinda de pescadores “estranhos” não comprometeu a estrutura simbólica do lugar porque exerciam a mesma prática, sendo tempos de festejo –, que desencadearam a sucessão de eventos, culminando na *descontinuidade* da “colônia” de pescadores, da “lagoinha”, como era chamada a região pelos pescadores, e, outrossim, o surgimento da comunidade Vila Autódromo.

Como se trata da narração das memórias de uma moradora, o relato sucede com poucas referências de datas, mostrando saltos de períodos e informações que, à primeira vista, podem parecer contraditórias. Pollak alerta para o fato de a memória ser *seletiva*: “a memória é um

*fenômeno construído*. [...] o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Ibidem, 1992, p.204). Então é importante ver como, para esta moradora, a Vila Autódromo tem uma narrativa histórica, como se D. Mariza tivesse participado de todos os eventos ocorridos na comunidade, acompanhando de perto as suas transformações:

Aí começou a popularizar aqui dentro em 1983; começou o povo chegando aqui pra baixo – porque eu morava lá em cima, minha vida toda era lá em cima, lá na beira da lagoa, não era aqui embaixo. Aí aqui começou a se popularizar, começou a vir pessoas. Pessoas que não tinha condições de pagar um aluguel, outros estavam morando de favor, encostados na casa de parentes, não tinham onde ficar.[...] Isso aconteceu, eu presenciei. Duas pessoas que estavam muito doentes e não tinha onde ficar, e foi quando o povo começou a vir pra cá, e o povo ajudou eles.

A partir da poluição da Lagoa, como vimos, a pequena comunidade de pescadores às margens da Lagoa de Jacarepaguá foi dando espaço para a Vila Autódromo (a construção do Autódromo de Jacarepaguá data do início dos anos 1970), ganhando novas configurações, momento que “começou o povo chegando aqui embaixo” e a vida começou a tomar novos rumos na localidade. D. Mariza diz que no primeiro momento temeu quando “começou a ficar habitado”, mas que no fim foi bom porque era uma maneira de resolver a condição em que estava: “eu vivia lá em cima em uma solidão, dentro de cabana” e “que eu fiquei com medo quando começou a vir gente pra cá, eu fale: Caramba! Eu aqui na cabana e lá sei quem é que veio pra ali!”. A eminente necessidade de se fazer contato com os recém-chegados foi estabelecida através da experiência de D. Mariza com plantas medicinais para acudir as pessoas que estavam doentes, recém-chegadas também, quando o “pessoal foi lá em cima me chamar porque sabiam que eu tinha conhecimento com ervas, essas coisas, aí foram lá me perguntar o que se fazia, e eu disse ‘não, vamos lá acudir os moços!’ – aí eu vim”.

Muitas perguntas podem surgir do longo relato de Dona Mariza do Amor Divino. Muitas certamente não teriam respostas neste artigo. O nosso objetivo é tentar encontrar, a partir de como D. Mariza narra a sua experiência nos *acontecimentos* de construção do lugar, as possibilidades de uma compreensão que consiga abranger não só a luta travada pelos moradores na permanência *da* e *na* “comunidade”, mas também uma razão explicativa que dê conta da Vila Autódromo no movimento urbano de alteração da região, a partir dos moradores. Não se trata, nesse sentido, de fazer uma história da comunidade e tentar ver se os relatos dos moradores condizem com a *história urbana* da região, e sim de ressaltar a experiência na *produção de localidade* e a agência dos sujeitos nesse processo.

## **2. As intermitências do lugar**

A escolha de entender a Vila Autódromo através da memória dos moradores possibilita enxergar a comunidade que foi se constituindo através da negociação de seus atores pela apropriação do espaço, mais ou menos conflituosa, partindo de uma ideia de sobreposição de significados relativos ao “espaço concreto”. Tentando fugir de uma visão estática da

comunidade, convém buscar o “fluxo real e a variabilidade da cena social humana” (Turner, 2008, p. 20). Essa “cena” se dá, nesse caso, em um espaço que, em constante transformação, permite aos agentes a flexibilização de estatutos como *público, privado, dentro, fora*, e até mesmo a *casa*, que deixa de ser somente uma categoria que remete uma estrutura física, para ganhar uma razão coletiva na “comunidade”. A “produção da localidade” apresenta a dimensão da vida social, os sentimentos envolvidos em sua *estrutura* e a expressão que se faz através da vivência (Appadurai, 1997, p. 34). Nas palavras de Santos, Vogel e Mello, sobre esse “aspecto processual”:

A regularidade existe precisamente em todas as maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, apropriado e usado. As regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção. [...] um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço. (1980, p. 49)

É dessa maneira que buscamos entender os “processos” da Vila Autódromo. Se hoje a comunidade passa por uma tentativa de remoção de suas propriedades físicas, na perspectiva do “aspecto processual” veremos que no curso de sua *construção*, inúmeras alterações simbólicas, em termos de descontinuidades da prática [11], ocorreram durante todo o processo, e mesmo agora, “é quando podemos perceber uma espécie de destruição domesticada, onde a noção de “perda” não mais assume um papel central” (Gonçalves, 2015, p.221).

O extenso relato de D. Mariza permite perceber a alteração do uso do espaço, que para ela se deu no ano de 1983 – embora se possa supor que essa alteração não tenha se dado de maneira abrupta no ano indicado, se apresentando de maneira gradual. A sequência de fatores corresponde, na narrativa de D. Mariza, como a causa necessária da “popularização” do local. Essas descontinuidades na Vila Autódromo, nas maneiras de uso do espaço e, sucessivamente, nas relações entre os atores, vistas como um processo, realçam as ambiguidades, os estados intermediários, as contradições, o paradoxo (Cavalcanti, 2013, p. 414) que são características comuns a um *comunidade*.



FIGURA2: A Vila Autódromo em 2007. Acervo: O Globo, 06/06/2007.



A comunidade vizinha ao Autódromo de Jacarepaguá é a Vila Autódromo em junho de 2007. A imagem deixa ver a maior concentração de casas nas adjacências da Av. Embaixador Abelardo Bueno e Av. Salvador Allende, mas também mostra como a comunidade se expandia em filas de casas às margens da Lagoa de Jacarepaguá.

Seu Steliano Francisco dos Santos, “Seu Pernambuco”, disse ter sido o primeiro a chegar à região: “Foi no dia 3 de janeiro de 1980. Fui o primeiro a chegar. Não tinha ninguém. Só eu mesmo”. Seu Pernambuco era morador da Cidade de Deus e costumava pescar na lagoa de Jacarepaguá nos tempos de folga – “A lagoa era limpinha, você via a areia do fundo. Aqui tinha muito jacaré. Hoje acabou tudo, é só lama, não tem mais os peixes”. Com dificuldade de pagar o aluguel, Seu Pernambuco decidiu ocupar o terreno perto da lagoa – “essa área estava toda desocupada e resolvi fazer um barraquinho. Sou pescador. Comprei as madeiras, mas o carro não chegava até onde tinha escolhido – era muita lama –, e eu carreguei tudo nas costas até lá sozinho. Eu e Jesus. Fiz meu barraquinho, a mulher ficou lá na casa e eu pro lado de cá. Foi indo que acabei ficando de vez. Fez 34 anos agora em janeiro (2014) que cheguei aqui” [12].

A comunidade que começou a se constituir no começo dos anos 1960 com a ocupação da Lagoa de Jacarepaguá por pescadores, que davam o nome de “Lagoinha” ao local, era totalmente desprovida de infraestrutura, não tinha energia elétrica, transporte ou água encanada. Não se tem registro do número aproximado de pescadores que ocupavam o local, seja por razão de moradia ou fins comerciais da pesca. No levantamento do Plano Popular da Vila Autódromo, vemos que as mudanças começaram a ocorrer já no começo dos anos 1970: construção do Autódromo de Jacarepaguá e de um conjunto residencial da Aeronáutica (Av. Abelardo Bueno). Com isso os pescadores foram “empurrados” para o espaço entre o muro do Autódromo e a Lagoa (PPVA, 2016, p. 11).

Os anos 1970 foram de intensas mudanças no espaço urbano da região compreendida como Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, apresentada como “uma reserva de expansão natural da cidade”, cujo processo de ocupação seria “inevitável” (Leitão e Rezende, 2012, p. 1). E para isso se apresentava o Plano Lúcio Costa como uma maneira de “ordenamento” do processo – à moda modernista de Le Corbusier –, transformando a região na principal expoente na realocação da centralidade do município do Rio de Janeiro [13]. Leitão e Rezende dividem esse processo em três etapas, cada uma correspondendo a uma década: 1970, 1980 e 1990. O primeiro dos casos tem a ver com a emergência dos condomínios privados:

A partir da segunda metade da década de 70, esses empreendimentos imobiliários dão origem a um novo conceito de moradia, associando residências a serviços e lazer. Esses condomínios, alguns em verdade loteamentos com bloqueios que impedem a circulação nos moldes da cidade tradicional, se tornam um paradigma para o futuro empreendimentos na região, contribuindo significativamente para a consolidação da ocupação da Barra da Tijuca. (Ibidem, p. 3)

São contemporâneos desse processo os condomínios “Nova Ipanema” e “Novo Leblon”, representados como a recriação de espaços já existentes na cidade, agora livres dos problemas de adensamento, violência etc.: esses espaços surgem como a antítese disso.

No segundo período, anos 1980, surgem empreendimentos destinados a fins comerciais, serviços e lazer, bem como “um expressivo número de unidades residências multi-familiares” (Ibidem). É o momento do surgimento de *apart-hotéis*, de hotéis residência que, além de comerciais (hospedagem), projetavam o turismo, atraindo assim o setor imobiliário, agente que vem coordenando o espaço urbano da região ao longo dessas décadas. E esse processo se intensificou na década de 90, dado ao alto índice populacional da região, estimulando o surgimento de “edifícios comerciais de maior porte”, configurando “um novo ‘boom’ imobiliário” (Ibidem).

Acompanhando esse processo de intensa produção de espaço urbano na região da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, atraindo inúmeros trabalhadores para essas grandes obras, possibilitou outras configurações de uso na região e, no caso da “Lagoinha”, antes um lugar que se conformava através da pesca e de alguns moradores residentes em cabanas, como era o caso de D. Mariza, deu fruto à chegada de outros agentes à região do Autódromo de Jacarepaguá, momento de instabilidade das relações ali até então existentes. Outra característica de disjunção do lugar que aparece na narrativa de D. Mariza é a poluição da Lagoa, atribuindo esse fenômeno ao surgimento dos condomínios do entorno.

A comunidade se forja, assim, no desenrolar dessas três décadas de intensas investidas na região por parte do poder público e/ou do setor imobiliário com seus interesses de produção de uma “nova” urbanidade; surge, dessa forma, à margem do processo idealizado pelo plano modernista, ou mesmo a partir do movimento de ocupação de um “espaço vago” – neste caso, nem tão vazio assim (Agier, 2015).

*O Plano Popular da Vila Autódromo* apresenta a comunidade comotendo se originado “da mistura de pessoas de diferentes origens”. Assim, daquele ciclo de instabilidade que ocasionou nas disjunções afetivas entre os pescadores, começa-se a *imaginar*[14] a emergência de uma comunidade, e o seu marco pode ser compreendido com o surgimento da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (1987). Em 1989, a comunidade serviu de espaço para reassentamento de várias famílias oriundas da comunidade Cardoso Fortes. Em 1994, mais uma vez, a antiga Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro assentou “legalmente” na Vila Autódromo mais de sessenta famílias. Em 1998 foi o ano que os moradores da faixa marginal da Lagoa receberam Concessão de Uso Real por noventa e nove anos da antiga Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários do RJ, publicada no D.O. de 31/12/98 (PPVA, 2016, p. 12). Nos últimos anos, em 2005, a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro outorgou parte da comunidade como Área de Especial Interesse Social por meio da Lei Complementar nº 74/2005.

Até aqui tentamos mostrar, tomando como ponto de partida o relato de D. Mariza, como a Vila Autódromo está marcada por eventos que conformaram seus usos e desusos do espaço, dos pescadores que foram “empurrados” para as margens da Lagoa de Jacarepaguá e de moradores que ocuparam a parte “baixa” da Vila Autódromo, próximo às avenidas adjacentes. Vimos que, se antes a comunidade se configurava pela prática da pesca, que não era meramente comercial, sendo também um uso que pressupõe intensa relação afetiva com a Lagoa e com seus

“Camaradas”, a partir do final dos anos 1970 os novos atores da Vila Autódromo começam a dar outro rumo à localidade, e logo se apresenta a necessidade de novos serviços, como energia elétrica, transporte e água encanada. Para D. Mariza, que em suas épocas áureas de pescas vivia com seus “Camaradas” em cabanas, com a Vila Autódromo se “popularizando”, aparece a necessidade de ter uma casa na comunidade.



FIGURA3: Ato na Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo em razão de sua derrubada. Acervo pessoal do autor, 24/02/2016.

A “comunidade” cresceu. Ainda no começo da década de 1990 começaram as ameaças de remoção da comunidade. Em 1993, sob alegação de “dano estético e ambiental” (PPVA, 2016, p. 13), a Vila Autódromo foi alvo da prefeitura. À época, o hoje Prefeito Eduardo Paes ocupava o cargo de Sub-Prefeito da Zona Oeste, estando a região sob sua jurisdição. Além do mais, como convém justificar as remoções, o argumento de que a comunidade estava causando “dano estético e ambiental” apresentava uma pauta política sensível à época, um ano após a realização da Eco-92 – Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992[15].

Para Nathália que chegou criança na Vila Autódromo entre os anos de 1993-4, o “fantasma da remoção” só passou a existir para sua família alguns meses depois de sua chegada à comunidade. Relata que sua família estava à procura de um local mais “sadio” e planejado, ao contrário do lugar de que vieram, a Rocinha, “maior comunidade da América Latina”: “quem conhece a Rocinha sabe que é um morro, que infelizmente tem violência, tem uma vida bem agitada”. Nathália, que chegou à Vila Autódromo com mais ou menos 7 anos, diz que seus pais estavam procurando um “local mais tranquilo” para criá-la e educá-la; “onde tivesse árvores, que tivesse mais espaço. O sonho da minha mãe era uma casa com mais espaço, com uma infraestrutura melhor”[16].

Nathália é filha de Dona Penha, umas das referências da comunidade no atual processo de remoção. Sentados na escadaria que levava para o segundo andar de sua casa, ela falou um pouco de sua chegada à comunidade:

[...] A nossa casa aqui da Vila Autódromo foi comprada com a venda de duas casas: a casa dos meus pais na Rocinha e a da minha avó. Então foi o investimento de toda renda que a gente tinha. Conseguimos um local com espaço, realmente o terreno aqui era bom. A casa era bem

pequenininha nos fundos do terreno, só tinha dois cômodos; era uma casa com dois cômodos e o banheiro. E uma outra casa que era só um cômodo, uma cozinha e um banheiro, que ficou para minha avó. A de dois cômodos ficou para minha família: eu, minha mãe e meu pai. Quando meus pais vieram para cá, eles pesquisaram outros lugares, vieram algumas vezes aqui antes de comprar e ninguém falou, ninguém mencionou que havia esse problema de uma possível remoção, dessas coisas. Depois que a minha família comprou aqui (na época eu era criança), com uns três meses mais ou menos eles descobriram que tinha esse problema. Na verdade, esse fantasma de remoção se intensificou agora com as olimpíadas, mas ele já existia algum tempo.

Segundo o Plano Popular da Vila Autódromo, a Vila Autódromo já contou com aproximadamente 500 famílias. Na minha primeira visita à comunidade, no dia 2 de novembro de 2015, quando fui fazer reconhecimento de campo, muitas dessas famílias já não estavam mais [17]. O cenário era de total destruição, embora ainda houvesse uma parte considerável de moradores. As casas desocupadas, quando não derrubadas, tinham suas estruturas danificadas pela prefeitura para que não fossem reocupadas, e muitas casas nessa situação figuravam a paisagem da comunidade ao longo de sua extensão que, em novembro de 2015, ainda alcançava a sua parte alta da margem da Lagoa de Jacarepaguá.

As remoções têm a sua face, de primeira ordem, da devastação do “espaço concreto” e das variadas relações sociais nele existentes. Mas é um contexto que possibilita a apresentação de novas maneiras de uso do espaço, de inaugurar novas relações de afinidade, dentro e fora, impulsionando a elaboração e realização de *projetos* [18] (Velho, 1994), individuais e coletivos, e a necessidade de reafirmar a ligação intransigente com o lugar – esse “mundo-da-vida cotidiana” de que fala Norberg-Schulz (2006), passível de uma fenomenologia que deixe ver suas características mais particulares dentro de suas totalidades. Ou, como sugere o antropólogo indiano Arjun Appadurai (1997, p.34),

O trabalho de produzir localidades – no sentido de que localidades são mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados – entra frequentemente em conflito com os projetos do Estado-nação. [...] Também porque a memória e as ligações que os sujeitos locais mantêm com sua vizinhança e nomes das ruas, seus caminhos e cenários urbanos preferidos, momentos e lugares para congregação e divertimento estão sempre em conflito com as necessidades do Estado-nação de regular a vida pública.

A iminência da remoção desencadeia uma séria complexa de rupturas com a *ordem* da comunidade. Se intensificam conflitos internos. No caso da Vila Autódromo, houve uma polarização entre os moradores que quiseram ficar e os que vinham no *processo* uma “oportunidade” de melhoria de vida, seja através do reassentamento nos apartamentos oferecidos pela Prefeitura ou via indenizações. Para os que queriam ficar, não restava alternativas senão defender a “comunidade”, reconstruir seu *sentido de coerência*, trazendo a *memória coletiva* para esse plano de disputa contra a remoção.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente

importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pallak, 1992, p. 204)

Essa dimensão da memória, na Vila Autódromo, é ativada para falar de uma comunidade tranquila, onde prevalece a colaboração entre os moradores, que agora está ameaçada pela possibilidade de remoção. A “comunidade” precisou, dessa maneira, construir uma “imagem de si, para si e para os outros”: “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, [...] e que se faz por meio de negociação direta com outros” (Ibidem). Dito de outra maneira, a “identidade” se dá somente no plano da relação, e no caso da Vila Autódromo, foi a partir do *drama* da remoção que se reconstruiu “para si e para os outros” enquanto “comunidade”.

Em contexto de completa alteração do espaço da comunidade, a reconstrução, no campo de disputa, não se apresenta apenas no plano simbólico do discurso, mas também nas estratégias e elaborações de “resistência”. O que está em questão não é a preservação absoluta da comunidade em seu espaço físico, senão o *Plano Popular da Vila Autódromo*[19]– que apresenta mudanças substanciais para a comunidade em termos de serviços urbanos – não faria sentido. Antes, o que se reclama é que os moradores que porventura quiserem ficar terão a oportunidade de serem reassentados na própria Vila Autódromo, “dentro dos novos limites da comunidade”, caso tenham sido atingidos pelas obras do entorno.

Para isso, o PPVA[20] surge como o “resultado e expressão da luta dos moradores da Vila Autódromo”; visa o “acesso a serviços e equipamentos públicos e atendimento às necessidades de saúde, educação e assistência social”; garante as “condições adequadas para a realização de atividades econômicas dentro da comunidade, e condição de transporte e acessibilidade para o trabalho” (PPVA, 2016, p. 25). Em outras palavras, o PPVA, uma mistura de saberes locais e conhecimento técnico de planejadores e urbanistas, coloca em perspectiva uma oportunidade de atualização da comunidade através da urbanização reclamada, resguardando o interesse dos moradores que quiserem ficar, bem como a possibilidade de saída de quem assim desejar.

Ainda nas palavras de D. Mariza:

A gente não apresentaria perigo pra eles não. O pessoal aqui era muito maneiro, muito bacana. Quero dizer, eu fico muito triste com essa situação toda. Eles estão pra lá, nós estamos pra cá no nosso cantinho. Uma comunidade tão pequenininha dessa. Se eles fizessem nosso saneamento, fizessem as nossas ruas, asfaltassem, ia ficar tudo bonitinho, os moradores todos iriam tomar gosto de arrumarem as suas casinhas quando vissem o asfalto. As coisas iriam mudar, ficariam diferentes.

A Vila Autódromo se constituiu como uma comunidade de intensas mudanças, jamais como uma comunidade estática. Visto que a amálgama de agentes, de diferentes origens, que chegaram à comunidade em períodos diferentes, não permitiria que fosse. E assim se forjou sem muitos recursos públicos, estando aos moradores, pela Associação de Moradores ou não, a responsabilidade e prover suas necessidades.

D. Heloisa Helena, quem estabeleceu relação como a comunidade a partir da chegada de sua mãe no fim dos anos 1980, e morou de 1998-9 a 2016, relata as dificuldades de seu padrasto, Kennedy Augusto de Andrade, que “foi o segundo presidente da Associação de Moradores”, através do qual ficava sabendo dos problemas da comunidade:

Nessa época eu não morava lá, mas, mesmo assim, eu tinha um contato muito íntimo com os problemas de lá, porque ele [o padrasto] estava sempre relatando todas as coisas que ocorriam na Vila Autódromo e de como era difícil dar estrutura para aquele local. Então eu lembro que tinha o grupo: ele, a Teresinha, o Luis com a Solange, que eram irmãos, filhos da Dona Maria; meu tio Dilson, que o pessoal chamava de Carvalho. Era um grupo muito preocupado com a estrutura, o que fazer para levar luz, levar água, essas coisas todas. E eu lembro muito bem também da época em que a Teresinha foi à ONU representando a Vila Autódromo - Dona Maria da Penha não foi a primeira a ir à ONU representando a Vila Autódromo; a Teresinha foi antes, há muitos anos atrás. Eu não lembro qual foi o ano, infelizmente. Meu padrasto não foi, como presidente, porque na época ele se encontrava doente; era diabético, tanto que mais ou menos um ano depois ele faleceu[21].

D. Heloisa Helena fala que seu padrasto exerceu grande influência política na sua vida, que foi o “homem mais feminista” que já conheceu. Seu pai biológico, que era militar, trabalhou no gabinete “do ministro lá em Brasília”. Essa dualidade se apresenta na forma de “informações totalmente contraditórias em relação à vida, uma de repressão e outra de liberdade”:

Meu padrasto teve uma vida política muito intensa, ele tinha sido preso político, então ele teve uma vida muito intensa. E quando ele faleceu, minha mãe recebeu moção honrosa da Câmara Legislativa em relação ao trabalho que ele tinha desenvolvido na Vila Autódromo naquela época. [...] Foi o homem mais feminista que eu conheci na minha vida, foi ele que me educou em relação a valores de empoderamento em relação à mulher; foi ele quem me educou. Eu nunca me esqueço das palavras dele: 'nunca deixe nenhum homem te dominar'. Essa é uma frase que eu nunca esqueço. Ele falava sempre isso pra mim.

Esses relatos podem ajudar a compreender a comunidade e seus agentes que não estiveram passíveis aos fenômenos urbanos ocorridos na região durante essas últimas décadas. Ao contrário: se mostraram incisivos na apropriação e reapropriação de seus espaços, inauguraram uma comunidade mediada pelos interesses de seus agentes em negociação, mais ou menos conflituosa, buscando as melhorias estruturais da Vila Autódromo.

Com isso, mais importante do que remontar a Vila Autódromo que existiu, é perceber que, relativo ao seu contexto histórico e à ação de seus agentes, não data de hoje o fator organizativo dos moradores, sem que com isso se queira buscar uma relação necessária como o movimento dos moradores sobre o atual processo. Antes, vale entender que se trata de uma comunidade que se fez sobre o “gesto político da ocupação”, uma *comunidade em movimento*[22], e que isso exigiu dos próprios moradores o esforço de qualificação da localidade, recorrendo às suas redes de colaboração para o provimento das melhorias.

Na conjuntura atual, na efetivação do “fantasma da remoção”, a *ruptura* e intensificação da *crise* (Turner, 2008, p.33) exortou os moradores a necessidade de *reconstruir* a “imagem de si” como forma de “resistência”, que se fez através de parecer técnico (PPVA), ora

recorrendo-se às leis que garantiam a permanência dos moradores (*Concessão de Uso Real e Área de Especial Interesse Social*) e, tão importante quanto, os festivais “Ocupa Vila Autódromo”[23], espaço que proporciona a interação da “comunidade” com “apoiadores” e interessados no movimento de “resistência”.

Na próxima sessão apresentarei alguns materiais coletados no campo. Além de algumas visitas esporádicas, acompanhei por duas semanas algumas atividades do “Ocupa Vila Autódromo”, ocasião em que tive oportunidade de ter contato com mais moradores, conhecer alguns “apoiadores” da comunidade, e ver outros atores do espaço.

### 3. O lugar dos outros – registros do trabalho campo

Depois da primeira vez e do reconhecimento do campo, voltei algumas outras vezes à Vila Autódromo, geralmente aos sábados e domingos. Não acontecia com tanta frequência e essas idas intermitentes prejudicavam a minha maneira de perceber o campo. Não à toa ao longo da minha inserção as questões colocadas foram se modificando, amadurecendo e tomando novos rumos. A mudança se deu de maneira considerável a partir do dia 22 de fevereiro de 2016, em razão do *mandado de imissão de posse* que apontava a iminentedemolição da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), a casa de Dona Penha e de Dona Heloisa Helena. Tomei conhecimento através de um comunicado da página no Facebook da comunidade, que convocava seus “apoiadores” para estarem na comunidade a fim de inibir os operários da prefeitura que, como de costume, chegariam nas primeiras horas do dia seguinte para executar o mandado. A esse movimento de articulação para ocupação da comunidade se dá o nome de “Ocupa Vila Autódromo”.

O chamado foi feito por volta das 21 horas. Levei algumas horas para chegar à comunidade, e isso já era mais ou menos 1 hora da madrugada. Estava com uma amiga que já conhecia alguns moradores, já tinha participado de algumas atividades na comunidade, outros *ocupas*, e já conhecia a D. Penha, além de ter o contato de uma “apoiadora”. A essa altura, eu só tinha tido contato com D. Penha uma única vez por conta de uma conversa que tivemos no “parquinho”, em um dos domingos que visitei a Vila, mas já sabia da sua atuação de destaque na resistência da comunidade.

Assim que entramos na comunidade, pelo acesso da Av. Abelardo Bueno, vimos alguns guardas municipais que conversam com pessoas que supomos serem moradores. Resolvemos nos aproximar para buscar alguma informação. Quando chegamos perto duas pessoas se aproximaram e cumprimentaram-nos, o Alexandre e a Ana, ambos eram “apoiadores” da Vila Autódromo. Depois que nos apresentamos, Alexandre se antecipou e perguntou “de onde” eu era. Respondi que era estudante, de Ciências Sociais na UFRJ. Ele insistiu na pergunta até eu entender que esse “onde” se tratava de fazer parte de algum *movimento social*, seja algum coletivo, mídia, etc. Respondi que era só estudante, e que estava ali por conta do chamado e que vinha desenvolvendo um (ainda embrionário) trabalho sobre a remoção na comunidade. Foi então que Alexandre se apresentou como Sociólogo; Ana era estudante de Relações Internacionais na PUC-RJ.

Feitas as honras da apresentação, seguimos para casa de D. Penha. Fomos direto para o segundo andar da casa, cujo acesso fica na parte externa, no quintal, através de uma escada. No quarto tinha mais ou menos nove pessoas que arrumavam o espaço para dormir; dentre elas, três eram estrangeiros: duas jovens dos Estados Unidos e um rapaz da Inglaterra que estava desenvolvendo uma pesquisa em sociologia do esporte para seu projeto de doutoramento, e aproveitava o contexto dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Os outros apoiadores eram pessoas do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas[24] e estudantes que apoiavam e acompanhavam a causa. Éramos 9 pessoas no quarto, e tinha mais nos outros cômodos. As perguntas sobre nossas atividades se seguiram, demonstrando que era, mais que curiosidade, uma medida de segurança. E foi uma relação mútua de conhecimento das finalidades de cada um naquele espaço.

D. Penha surgiu logo em seguida com uma jarra de suco de goiaba “do quintal”. Me cumprimentou com um abraço e me chamou de “meu filho”, falando que era para eu ficar à vontade porque “a casa é nossa”.

A casa de D. Penha era grande. A entrada se dava por uma garagem que levava até uma parte do quintal que era mais aberta. Contava com dois andares de casa mais um terraço que dava uma vista panorâmica da comunidade, da Lagoa de Jacarepaguá e arredores. Da imagem daquela infância narrada por Nathália, filha de D. Penha, restava pouco: o amplo quintal contava com grande parte de área construída ao longo dos anos na comunidade.



FIGURA4: Reunião na casa da Dona Penha. Acervo pessoal do autor, 23/02/2016.

Chamava a atenção o fato de ser uma casa constantemente aberta e com grande fluxo de pessoas – “apoiadores”, como são chamados pelos moradores, categoria que engloba midiativistas, advogados e defensoria pública, e muitos universitários das mais diversas formações, das tradicionais Instituições universitárias do Estado. Embora fosse uma casa aberta à comunidade, existia uma constante vigilância para possíveis espionagens de infiltrados da prefeitura, que porventura estivessem ali para observar a articulação dos moradores.

A casa de D. Penha era o lugar das refeições do pessoal: café da manhã, almoço, um lanche à tarde, alguma coisa para comer antes de dormir – tudo feito de maneira colaborativa,



com doações dos “apoiadores”.Nesses dias de “Ocupa Vila Autódromo”, muitos desses “apoiadores” dormiam na comunidade, principalmente na casa de D. Penha. Durante o dia, inúmeras pessoas circulam pela comunidade, conversam com os moradores e “apoiadores”, fotografam, filmam, e vão embora.

O chamado do “Ocupa Vila Autódromo” do dia 22 de fevereiro teve como finalidade a mobilização em torno da casa de D. Penha, de D. Heloisa e da AMPVA.A circulação de pessoas possibilitou o surgimento de algumas ideias, ainda que nem todas bem sucedidas. Como já disse, o lugar de concentração era a casa de D. Penha, e lá ocorriam as reuniões de articulação dos moradores com seus “apoiadores”, vide a fotografia acima (fig. 3), noite do dia 23 de fevereiro – na terça-feira –, em que se decidiam quais seriam os passos do dia seguinte, com a iminente chegada dos agentes da Prefeitura com suas máquinas. A previsão era que isso acontecesse na terça-feira (23), nas primeiras horas do dia, o que não aconteceu, aumentando a expectativa para o dia seguinte.

A primeira reunião aconteceu na sala de D. Penha. Éramos mais ou menos umas vinte pessoas, entre “apoiadores” e moradores, para decidir o que seria feito no dia seguinte. A questão a ser resolvida era se a prioridade da mobilização se daria em um ato organizado em frente à Associação de Moradores (um ato “simbólico”), ou se os esforços seriam na casa de D. Penha, a fim de inibir a ação dos agentes da Prefeitura. Como o contingente era relativamente pequeno, teriam que escolher um foco. A “prioridade” foi dada à casa da D. Penha. Na reunião, surgiram as falas:“A casa é a prioridade”, disse Dona Jane, uma das moradoras; era necessário “preservar a moradia”, afirmava Sandra Maria, também moradora, que seguiu dizendo, agora sobre um possível ato na Associação de Moradores: “é um ato político não ter ninguém lá”.Era, portanto, necessário destinar esforços na casa da D. Penha, e “por mim a gente botava fogo na associação, adiantava o trabalho deles” – propõe Sandra. A proposta de por fogo na Associação não foi bem aceita, e os presentes acharam que podia-se manter a ideia de fazer um ato na Associação, para não “passar em branco”, como disse D. Jane. Seguiram-se as falas: “a Associação é o cartório da moradia” (D. Jane); “a Associação é imaterial” (apoiadora); “a Associação são só paredes, a gente tem que preservar a moradia; a Associação pode funcionar em outro espaço, ela está vazia” (Sandra Maria); “eu não quero ver a Associação nem a minha casa sendo derrubadas.Eu vou sair daqui de cabeça erguida, sem olhar para trás, sabendo que fiz tudo que pude para exigir os meus direitos” (D. Penha). As propostas surgiam majoritariamente por parte dos moradores, cabendo aos “apoiadores” a viabilidade do ato.

A reunião concluiu que iriam garantir o maior número de pessoas na casa de D. Penha para “negociar” com “eles” a desocupação no dia seguinte, dando tempo para que ela transferisse suas coisas para a Igreja Católica São José Operário, que fica na comunidade, de frente para a Av. Embaixador Abelardo Bueno. A família de D. Penha é católica, e resguardam uma relação afetiva de realização da Igreja na comunidade.

As coisas de D. Penha foram transferidas aos poucos para a Igreja, na noite do dia 23 de fevereiro, através de um trabalho colaborativo. Sendo uma pessoa muito fervorosa em sua fé, a Igreja que recebeu D. Penha e sua família era como uma extensão da casa – “que a paz do

Senhor Jesus Cristo esteja com todos que estão aqui”, disse ela na reunião em sua sala, “porque eu tenho certeza que Ele está aqui e vai ficar nessa casa”. Nathália contou que o casamento da mãe aconteceu na garagem de sua casa, onde também ocorriam algumas outras atividades da Paróquia:

A minha família é católica, desde criança a minha mãe me colocou na catequese. Fiz primeira comunhão, e, com o passar do tempo, a gente foi se vinculando à igreja daqui. Quando eu comecei, adolescente, era em outra paróquia – que na época a gente não conhecia muita gente aqui, mas fomos pegando amizade e tudo mais, e aí me convidaram para ser catequista. Eu era adolescente, e comecei a participar da vivência da igreja aqui na comunidade. A gente tinha o terreno da capela, mas não tinha a parte física da igreja – só o terreno. E precisava ser construída, edificada essa igreja. E não tinha um local para fazer os encontros, para fazer as celebrações, então era comum que fosse realizado nas casas. Antes de ser realizado na minha casa, tinha sido realizado em outras casas também, foi uma prática comum para que a gente pudesse ter as celebrações, e não deixasse de ter pela falta do espaço físico. Até porque, assim como a comunidade, ela é feita por pessoas – por nós que estamos aqui. Tivemos muitos encontros catequéticos na casa da Cenira. A casa dela não está mais hoje na comunidade, mas teve muito encontro lá; missa também. [...] Eu sei que durante um bom tempo aconteceu na minha casa: a gente utilizava a garagem para fazer celebração, missa, encontros de catequese. Meus pais casaram com uma certa idade, não casaram novinhos, eu era quase adulta. E eles casaram aqui em casa, na garagem, que foi um acontecimento muito marcante, muito bacana, porque a lembrança de casar na própria casa... acho até que é um privilégio. Foi um casamento bem simples, sem nenhum tipo de festa, minha mãe nem queria muita coisa. Mas foi muito especial, foi um dia legal. [...] A igreja então faz parte de nossas vidas, principalmente aqui na comunidade. Até porque, para a igreja ser construída, essa capela de São José Operário, ela foi construída pelo povo, pela própria comunidade. A gente fazia festas, quermesse, almoços, bingo, tudo para angariar fundos para erguer a capela. Então foi uma capela erguida com muito sacrifício, com dinheiro do povo, da comunidade em si, e foi muito gratificante ver essa igreja de pé, porque foi uma coisa que a gente construiu com nossas próprias mãos praticamente.

O acordo era de que todos acordariam às 6 horas da manhã para efetuar um “ato simbólico” em frente à Associação de Moradores. A *performance*[25] do ato se deu com algumas velas acesas na porta da Associação (fig. 2), onde foi estendido um pano preto simbolizando luto e colocada uma faixa que dizia “Podem derrubar a Associação, mas a Vila Autódromo fica”.



FIGURA5: Retirada das coisas de Dona Penha de sua casa. À direita, Dona Penha dando Entrevista. Acervo pessoal do autor, 24/02/2016.

D. Penha, com quem conversei no dia 12 de fevereiro de 2016 no “parquinho” da comunidade, me relatou como foi a sua chegada à comunidade:

Essa luta da Vila Autódromo não é nova; ela já tem uns 26 anos... aluta para permanecer. Essa luta começou lá pra 91, 92, por aí. [...] eu cheguei aqui em 93. [...] Eu tenho relato de alguns moradores, que até já foram embora, que a luta começou por aí, foia primeira vez que o Eduardo Paes veio tirar essa comunidade que era muito menor, só tinha barraco, e ele não conseguiu.[...] E eu vim parar aqui. Não sei, acho que eu tinha que passarpor tudo isso, porque eu não ia vir para cá, eu ia para outro local, mas enfim, estou aqui. Me apaixonei pela Vila Autódromo quando eu cheguei aqui. Com três meses é que eu descobri que tinha essa luta. Eu achava que isso aqui era uma terra legalizada e tal, então eu vim meio que enganada... Nova, também, não tinha muito conhecimento. Eu tinha 27 anos. Mas sempre fui moradora de favela, então quem morava na favela antigamente não tinha os mesmos recursos que temos hoje. Com o passar dos anos o conhecimento foiseexpandindo, assim novos horizontes foram se abrindo, né? E a televisão, assim, tem divulgado melhor a consciência do direito humano, do direito a tudo, direito à cidade, direito à informação, enfim, foi crescendo isso. Então a gente não tinha naquela época, e o morador de favela era muito mal visto, tinha mais preconceito e menos informação. A favela foi crescendo conforme os movimentos sociais foram libertando mais as favelas, enfim. E eu vim parar aqui. A Vila Autódromo era comunidade muito menor. Era um local muito pacato, muito tranquilo, como é até hoje, do jeito que está a Vila é como era antes, se você me perguntar. A diferença é que hoje ela está muito valiosa. Mas quando eu cheguei aqui ela não tinha valor nenhum... a tranquilidade era essa mesma. Não tinha esseparquinho; quando eu cheguei a luz era muito precária; o ônibus era muito difícil; condução para sair daqui era horrível, a gente ficava uma hora esperando ônibus. A condição da rua era a mesma também, muito precária. Foi melhorando, a gente foi melhorando, fomos aterrando, enfim. E a comunidade foi crescendo, foi vindo mais gente, vindo mais gente, enfim; foi melhorando e se tornou uma comunidade grande, boa, muito boa de se morar, muito pacífica, os moradores se davam super bem. Aqui a gente costumava dizer que a gente tinha uma família, se eu chegar ali agora e for almoçar eu entro, almoço, e vou embora, sabe? Então é aquela coisa de família mesmo, se tornou uma grande família a Vila Autódromo.

Derrubaram a Associação de Moradores na manhã do dia 24 de fevereiro. No mesmo dia executaram o mandado e demoliram a casa de D. Heloisa Helena.

Também conhecida espiritualmente com Luizinha de Nanã, D. Heloisa Helena mantinha na Vila Autódromo a sua casa Yle Axé Ara OrunYabaJiyi. D. Heloisa Helena reclama que a permanência na comunidade não depende dela, mas se trata de uma vontade de seu Orixá Nanã, que se recusa a sair da Vila autódromo, da Lagoa de Jacarepaguá, que é fundamentalmente o seu *lugar cosmológico*. Oito meses após a derrubada de sua casa, D. Heloisa Helena me relatou sua experiência com o ocorrido:

Quando aconteceram os Jogos Pan-americanos (2007), e que a gente não saiu, eu pensei que não sairíamos mais da Vila Autódromo. Mas aí vieram essas Olimpíadas. No princípio, eu achei que não sairíamos. Como eu sou espírita, o jogo sempre falou para mim que eu iria sair, mas que eu iria ficar; de alguma forma eu iria sair, mas que permaneceria. Até que um dia ele falou que a minha casa iria cair, ia ser derrubada, mas que eu deveria continuar lutando como se ela não fosse. Eu lembro que passei uma semana chorando muito, eu não queria sair de lá, eu queria a minha casa. Minha casa pobre, minha casa ruim, mas eu queria a minha casa, eu queria continuar nela. E eu já tinha recebido outros avisos, muito antes. Durante muitos anos eu tive pesadelos que, hoje, eu vejo que eram avisos da destruição de Vila Autódromo. Eu acordava assustada com uma onda que destruía tudo; tratores que rodeavam a comunidade. Isso muito antes disso tudo acontecer. Por isso que eu continuei lutando esse tempo todo. Porque muita gente me chamou de 'maluca', mas a minha única opção espiritual era continuar lutando, porque a minha orientação era 'você continue lutando', mesmo sabendo que a casa iria cair. E foi o que eu fiz até o último momento. Eu até falo que, como ser humana cansada, esgotada, algumas vezes eu tentei fazer acordos, só que nenhum deles deu certo, porque não era para dar certo - era para eu continuar lutando. A minha única opção foi sempre lutar, e é o que eu continuo fazendo. Embora não pareça, estando lá em Guaratiba, eu continuo lutando. E vou lutar mais, ainda.

D. Heloisa Helena, que mesmo antes de começar a morar na Vila Autódromo, 1999, já tinha um contato “intimo” com a comunidade, porque sua mãe residia na Vila Autódromo desde o fim da década de 1980. Com esse contato acompanhou o desenvolvimento da comunidade, criou seus filhos e construiu a casa de seu santo Nanã, onde sua mãe carnal disse que deveria ser construída:

Eu comecei a me desenvolver no candomblé muito nova, com 13 anos de idade. Fiz santo com 17. O que ocorre: você faz o santo e depois de um certo tempo, com a sua idade e com as suas obrigações feitas, você pode ter o seu santo. E eu peguei meus santos, tive direito a pegar meus santos, e eu levei os santos para a casa da minha mãe lá na Vila Autódromo.

Sobre o dia 24 de fevereiro, D. Heloisa conta que foi “injustiçada”. No processo de demolição de sua casa, Nanã queria ser a última a sair, o que configurava a retirada de seu “assentamento” por último:

Eu não quero dinheiro; quero que reconheçam que erraram comigo. Não é possível que um prefeito fale que a única construção que pode ficar em pé na comunidade é a Igreja porque é "segura". O meu candomblé era o quê? Eu era uma bruxa? Eu não sou nada disso. Eu fui tratada como lixo, "eles" me chamaram de 'lixo', literalmente, no dia da minha remoção. "Eles" falaram tudo que tem aí é lixo. Eu conheço essa gente, elas vivem disso, para explorar a prefeitura'. Eu não posso ser chamada de 'lixo', eu não aceito. É injusto.

A casa de D. Heloisa Helena, com o cerco de tapumes da prefeitura na comunidade, ficou “do outro lado” da Vila Autódromo, parte agora sob jurisdição das obras do Parque Olímpico. D. Heloisa Helena falou que para ter acesso à sua casa era necessário se identificar para os guardas, e só tinha acesso que estivesse “cadastrado”. Esse isolamento da casa de D. Heloisa Helena parece ter impossibilitado qualquer tipo de mobilização na execução da demolição no dia 24 de fevereiro.

Ressalto que foi fundamental para a mobilização na comunidade a intensa cobertura midiática que se fez em torno do caso. Repórteres de várias partes do mundo chegavam constantemente em busca dos moradores, e diversas vezes se mostravam um tanto invasivos, o que gerava desconfortos aos moradores. A Vila Autódromo era, sem dúvida, um território vigiado, e essa medida muitas vezes gerava conflitos. Alguns repórteres marcavam antecipadamente uma visita, geralmente procuravam diretamente alguns moradores específicos, como D. Penha, S.Luis e Sandra Maria; outros adentravam os espaços com a câmera ligada em busca do primeiro morador que vissem.

Dessas reuniões na casa de D. Penha, no dia 23 de fevereiro, surgiram propostas interessantes que ajudaram na divulgação da comunidade, que veio a figurar as páginas das redes sociais com campanhas conclamando a urbanização e permanência da comunidade (“Urbaniza Já!”), que aconteceu através de uma corrente de vídeos: pessoas gravavam vídeos pedindo para o prefeito Eduardo Paes urbanizar e respeitar o direito dos moradores de permanecerem na comunidade. A campanha teve amplo alcance, atingindo artistas, políticos, entidades e movimentos sociais. Surgiu também, na reunião na sala de D. Penha, a campanha “a Associação sou eu”, que remetia ao caráter imaterial da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) – que havia sido derrubada. Depois da derrubada da Associação, os moradores escreveram na parede de entrada da casa de D. Penha “Associação de Moradores”, demarcando aquele espaço que era ao mesmo tempo *público* e *privado*, dado a sua sutil variação.

Das três edificações (casa de D. Penha, de D. Heloisa Helena e AMPVA), a última a ser demolida foi a de D. Penha, que aconteceu no dia 8 de março, no dia Internacional da Mulher, mesmo dia em que D. Penha recebeu a Medalha Pedro Ernesto, criada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em homenagem àqueles que se destacam na sociedade brasileira e internacional.

#### **4. Os atores no espaço – fronteiras simbólicas**

Muitos agentes interferem no espaço da Vila Autódromo nesse contexto de remoção, e é pouco significativo tratar essa situação de maneira dicotômica, apresentando-se de um lado os moradores que estão sendo removidos e, do outro lado, a prefeitura como uma estrutura monolítica. Isso aparece na forma que muitos moradores se referem aos agentes da Prefeitura: “eles”. O pronome se apresenta como uma categoria genérica que resume toda uma estrutura hierárquica, que passa pelo Prefeito Eduardo Paes (é referenciado diretamente muitas das

vezes), pela Secretaria Municipal de Habitação, pela Guarda Municipal, pelos operários e suas maquinarias, e por vezes se estende aos operários e seguranças das construtoras.

É correto afirmar que a “visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória” (Velho, 1994), aquilo que formula a *biografia* de cada indivíduo, ou seja, as diferentes maneiras dos indivíduos (creio que se possa estender para os núcleos familiares) perceberem o espaço podem influenciar na experiênciacom *oprocesso*. Em outras palavras, é importante não pensar “os moradores” com um todo completo, total, fechados e fadados ao destino infortunado da remoção; mesmo que se parta do princípio de que a “remoção” acomete todos os moradores, o significado disso não é comum em absoluto. E já mostramos acima como, em 2014, 200 famílias saíram da comunidade em busca de melhores condições de moradia, de infraestrutura, em detrimento da condição em que viviam na comunidade [ver nota 17 deste texto]. Para este artigo não tive acesso aos moradores que escolheram sair da comunidade voluntariamente, seja aceitando apartamentos no Parque Carioca ou as indenizações que a Prefeitura oferecia.

Se, por um lado, parte significativa dos moradores que demonstram interesse em permanecer na comunidade – 187 famíliascomo mostrou o *mapa da resistência* em 2014 (PPVA, 2016, p. 20) –, por outro, há muitos moradores que escolheram sair da comunidade, por variadas razões. Muitos podem ser os motivos que levam a essa escolha. Uma das opções apresentada pela Prefeitura é o Parque Carioca, conjunto do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, que fica alguns quilômetros da Vila Autódromo (Estrada dos Bandeirantes), onde alguns moradores foram reassentados. O conjunto é apresentado como uma forma de mudança de vida, constituindo como um dos “legados” dos Jogos Olímpicos 2016 para os moradores [26] (Magalhães, 2013). Em setembro deste ano, enquanto este trabalho estava em andamento, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro lançou um relatório (*Explicando a política de habitação da prefeitura do Rio*), que traz dados de famílias que foram reassentadas em condições com infraestrutura e acesso a serviços, o que, na linguagem do relatório, se constitui como uma das faces do “legado olímpico”, para os moradores, para cidade.

Outra maneira de contornar a questão, ainda por parte da Prefeitura, é indenizando alguns moradores. Os valores exorbitantes são oferecidos, tão díspares com a condição da área construída, colocam muitas vezes os moradores em uma condição de inevitabilidade, dado o “campo de possibilidades” que se abre. Sobre essas “negociações” como a Prefeitura, segundo Faulhaber e Azevedo (2015, p. 52), as “ofertas individualizadas e não necessariamente padronizadas fazem parte da tática de dividir a comunidade”.

Outro agente do espaço são os “apoiadores”. Essa categoria engloba um sem-número de agentes, de variados interesses: defensores públicos (mostrando a ambiguidade do próprio Estado), acadêmicos (arquitetos e urbanistas, sociólogos, geógrafos, museólogo, etc.) que encontram uma maneira de juntar a teoria e a prática em benefício da comunidade, desenvolvendo pesquisas e projetos junto aos moradores; estudantes universitários, vereadores, movimentos sociais, como Marcha Mundial das Mulheres; mídiativistas, moradores de comunidades vizinhas, etc. Toda essa miscelânea de interesses e perspectivas faz fervilhar ideias

que ajudam na “resistência dos moradores”, através de uma rede complexa de interesses locais e acadêmicos, que possibilita uma curiosa maneira de ação política de ambas as partes, e outras maneiras de compreender o processo, construindo outros discursos e agências (Freire, 2013). Os chamados do “Ocupa Vila Autódromo”, que reúne músicos, onde os moradores vendem comidas, exibem-se filmes sobre as remoções na cidade, lançam-se livros etc., é também a oportunidade do encontro desses agentes para se pensar novas possibilidades de atuação não só na Vila Autódromo, mas em toda a cidade em contexto de megaevento, como foi o caso das Olimpíadas.

Muitas dessas ideias que surgiram na interação a partir de amálgama de agentes iam ao encontro de propostas que visavam “reavivar” a comunidade, seja com atividades de caráter festivo, ou através de intervenções no espaço concreto. Uma dessas medidas foi a “requalificação do parquinho da Vila Autódromo”, que surgiu como um projeto da turma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhangüera Niterói, correspondendo à turma da disciplina “Projeto de Extensão à Comunidade”, ministrada pela professora Diana Bogado. Aconteceu nos dias 14 e 15 de novembro de 2015, através de um mutirão que, usando material reciclado, como garrafas pet, pneus, a partir de seu desenvolvimento participativo, buscava atender as necessidades da comunidade referente ao seu único espaço público destinado ao lazer [27]. Além de buscar atender “as necessidades da comunidade”, o projeto foi interessante também para os alunos da disciplina, visto que muitos não tinham entrado em uma “comunidade” [28], e lá puderam interagir com os moradores, com outros “colaboradores”.

O “espaço concreto” da comunidade resguarda também fronteiras desse processo de remoção. Se antes a comunidade se estendia até a parte alta da Lagoa de Jacarepaguá, hoje a Vila Autódromo é um território que vai afunilando aos poucos através dos tapumes da prefeitura que separam a comunidade dos canteiros de obras. São fronteiras móveis, que sufocam a comunidade, que vai perdendo cada vez mais espaço.

Mas é curioso notar que os tapumes, assim como as paredes que restaram das casas semi-destruídas, servem também para os moradores escreverem suas indignações, espaço destinado às frases de motivação como “Viva a Vila Autódromo”, “Vila Autódromo existe e re-existe”, etc. Essas inscrições no espaço apresentam, mais que indignação, a percepção dos moradores sobre o processo. Nessas inscrições nos tapumes e nas paredes, vemos também referências a experiências de remoções externas.



FIGURA 6: Inscrições no tapume. Acervo particular do autor, 2/11/2015.



FIGURA 7: Inscrições na parede de uma casa. “(re)xiste Vila Autódromo; (re)xiste Passarinho – Recife”. A referência à comunidade Passarinho, na cidade de Recife – PE, que em 2014 também passou por um processo de remoção. Acervo particular do autor, 2/11/2015.



FIGURA 8: “Viva a Vila Autódromo” é a principal identidade da comunidade, presente em camisas e adesivos que circularam por toda a cidade. Na foto, tapume localizado na entrada da comunidade pela Av. Embaixador Abelardo Bueno. Acervo particular do autor, 2/11/2015.



FIGURA 9: Inscrições nas paredes – “Vila Autódromo re-existindo”, assinado como ENEA (Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura, que aconteceu em julho de 2015 no Rio de Janeiro, ocasião em que foi organizada uma visita dos participantes à Vila Autódromo). Acervo particular do autor, 2/11/2015.

No atual contexto de remoção, “eles” também ocupam determinados espaços na comunidade, os espaços de serviços. Logo na entrada, em frente à (extinta) Associação de Moradores, um microônibus da Guarda Municipal faz a vigilância da comunidade. Vez ou outra



eles caminham pelas ruas, mas sempre sob os olhares desconfiados dos moradores e “apoiadores”. Os operários e seguranças das obras ocupam os espaços fronteiros, geralmente perto dos tapumes, do outro lado, e circulam em espaços específicos da comunidade, quase sempre nos horários das refeições, quando uma parte vai almoçar na pensão improvisada na garagem de D. Patrícia, uma das moradoras. Curiosamente, é provável que seja o espaço de um encontro pouco demarcado, onde moradores, operários, guardas e seguranças, “apoiadores”, esses agentes que ocupam a Vila Autódromo cotidianamente, usufruem do mesmo espaço, suspendendo, mesmo que não em absoluto e temporariamente, as diferenças que circunscrevem o papel de cada um na comunidade – a interação é dada em *potência*[29].

A presença dos outros agentes da prefeitura na Vila Autódromo surge como momentos de conflitos. Os operários responsáveis pelas demolições e descaracterização das casas aparecem esporadicamente, munidos de suas máquinas, acompanhados de funcionários da Secretaria Municipal de Habitação que carregam mandados de posse. Comentava D. Penha que se “eles não vieram até agora”, deveriam chegar só no dia seguinte. Não existe hora marcada para chegada desses agentes, a certeza da chegada oscila com a imprevisibilidade da hora, e a única maneira possível de cogitar é através da demarcação dos períodos do dia: manhã sendo a parte mais constante da execução; à tarde ainda é possibilidade; à noite, mesmo não sendo tão usual, ficam os moradores menos apreensivos e temerosos pelas primeiras horas do dia seguinte.

## 5. A Vila Autódromo “de casa nova”

Uma proposição sobre “urbanismo informal” de Dr. Aseem Inam, professor de urbanismo da Parsons The New School for Design, Nova Iorque, aparece na 3<sup>o</sup> edição da revista *Contraste*[30]:

Um assentamento informal como a favela é uma demonstração da extraordinária da capacidade de inovação do ser humano em sua luta por sobrevivência. Muitas dessas favelas se originam do nada; isso significa que os primeiros habitantes tiveram que desenhar e construir casas, bairros e mini-cidades do nada – sem ou com muito pouco dinheiro, materiais ou experiência de desenho formal. Mesmo assim, eles aprenderam fazendo e construíram lugares verdadeiramente belos (no sentido mais profundo do termo) para se viver ao longo do tempo. (p. 142)

Esse tipo de formulação se encontra também em Michel Agier, onde o antropólogo francês defende uma antropologia que privilegie o “processo”, que olhe para as margens – “a antropologia das emergências, do contemporâneo, é a que vai descobrir o que nasce, o que se transforma, o que está em processo” (Agier, 2011, p. 191). De outra maneira, todas essas categorias que descrevem processos urbanos se encontram em contextos como esse de construção de uma “cidade olímpica”, em que se acirram as disputas pela defesa da localidade, como é o caso da Vila Autódromo e de muitos outros, com as pretensões de uma “cidade global”, pretensão essa que a Prefeitura seguiu a risca e apresentou seus esforços e benefícios no seu *Dossiê de candidatura*. Nessa disputa, como tentei abordar aqui, fundamentais me parecem as contribuições de Anderson (2008) sobre *comunidades imaginadas*, que pode servir para entender as representações do geral (a “cidade global” da prefeitura) e do local (no nosso caso, a

Vila Autódromo). Outro autor que colabora para esse entendimento é Appadurai (1997), com a sua ideia de “produção de localidade”, fundamental para entender esse conflito entre o geral e o local.

No Jornal Extra do dia 30 de julho de 2016[31], vemos o anúncio da “sobrevivência” da Vila Autódromo. A matéria diz que “embora não sejam atletas, os moradores da Vila Autódromo encaram, nos últimos anos, uma verdadeira maratona para permanecer onde sempre viveram”.

A “nova” Vila Autódromo é mais uma transformação pela qual a comunidade passou. Depois de um processo longo de resistência, de invenção de maneiras de se projetarem contra a proposta de remover a comunidade, vinte famílias conseguiram a urbanização da Vila Autódromo. Em sua nova configuração, conta com 20 casas dispostas uma ao lado da outra, tendo todas elas o mesmo formato e disposição dos cômodos, localizadas na Rua Vila Autódromo. Desse processo, não seria muito correto ver como uma “redução” da comunidade; a insistência de palavras como “a Vila Autódromo somos nós” se apresenta como alternativa.

A única edificação que ficou da “antiga” Vila Autódromo foi a Igreja Católica São José Operário, que permanece intacta, no mesmo local, de frente para as avenidas, agora mudadas com as obras.



FIGURA10: Igreja Católica São José Operário, com a “nova” Vila Autódromo ao fundo. Acervo pessoal do autor, 13/8/2016.

Plano Popular da Vila Autódromo, com todas as suas atualizações, era a ferramenta pela qual se afirmava a autoridade dos moradores diante da disputa pelos rumos da comunidade. Uma elaboração técnica que, mesclada com o saber local, formulava o contra-discurso da autoridade do “legado” pela qual a prefeitura estruturava a sua argumentação.

Outro projeto interessante que surgiu desse processo, que busca resgatar as narrativas de memória dos moradores, é o Museu das Remoções. Uma articulação que nasceu como desdobramento do projeto da professora Diana Bogado em “requalificar” a comunidade. O projeto fez com que os alunos de Diana construíssem esculturas que simbolizassem alguns moradores da comunidade, como é o caso de “Penha de mil faces” (D. Penha) ou “Vila de todos os santos” (D. Heloisa Helena). Algumas dessas esculturas fizeram parte dos circuitos dos

“Jogos da Exclusão”, organizado pelo Comitê Popular, do qual já falamos aqui. Hoje, na “nova” Vila Autódromo, algumas esculturas estão na entrada das casas: uma delas, que foi cedido temporariamente por um morador como espaço do *Museu das Remoções*, e a outro, “Penha de mil faces”, na entrada da casa de D. Penha.



FIGURAS11 e 12: Na primeira foto (esquerda), nomeada como “Doce Infância”, foi feita com materiais do que restou do parquinho; a segunda (direita), a escultura “Penha de muitas faces”, que apresenta o símbolo do feminino em meio aos pedaços da extinta casa de D. Penha. Acervo pessoal do autor, 13/08/2016.

O *Museu das Remoções* faz a catalogação de “escombros” para formar o acervo do museu – peças que têm sua origem resgatada e classificada. Segundo Diana, o “Museu das Remoções” vai funcionar “como denúncia da remoção”, “os escombros como resquílios da violência”[32], e a pretensão do Museu, agora, é atingir uma maneira de interagir comunidades que passam por remoções, não se restringindo à Vila Autódromo – uma *memória* recém fabricada que, mais ou menos organizada, abre um “campo de possibilidades” de análise para os processos urbanos contemporâneos. 📍

## Notas

\* Rodolfo Teixeira Alves é graduando em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, onde também desenvolve atividades com o Núcleo Discente de Antropologia (NDA/IFCS/UFRJ). Atualmente, continua encantado pela força de mulheres como D. Heloisa Helena, D. Maria Penha, D. Mariza do Amor Divino e tantas outras que seguem dando vida à cidade. E-mail: [rteixeiralves@gmail.com](mailto:rteixeiralves@gmail.com).

[1] Remoções de moradores e comunidades parecem ser uma constante nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, Abreu mostrou que uma das primeiras remoções na cidade, o Morro do Castelo, teve como justificativa – respaldada pelas ideologias higienistas – “preparar o Rio de Janeiro para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil. (...) era preciso lutar contra o tempo para que pudesse acolher o grande número de turistas e personalidades nacionais e estrangeiras” (2013, p.76) – essa era a missão do então prefeito Carlos Sampaio (1920-22). Sobre remoções nos últimos anos para preparar a cidade para os megaeventos, ver:

Faulhabere Azevedo (2015); Dossiê Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015); Magalhães (2013); *Atingidas – histórias de vida de mulheres na cidade olímpica* (Instituto PACS, 2016).

[2] Entre planos e relatórios elaborados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro sobre o “legado olímpico”, pode-se consultar o *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; Cadernos de Políticas Públicas: Rio 2016 – Jogos Olímpicos e legado*. Sobre a categoria de “legado olímpico” referente à moradia na cidade, ver o relatório disponibilizado pela Prefeitura em setembro de 2016: *Explicando a política de habitação da Prefeitura do Rio*. Disponível em: <[www.entendahabitacaonorio.com.br](http://www.entendahabitacaonorio.com.br)>. Acessado em 25 de outubro de 2016.

[3] Jogos Pan-americanos (2007); Copa das Confederações da FIFA (2013), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016).

[4] Sobre a ocupação da baixada de Jacarepaguá, diz Sampaio: “Devido ao seu relativo isolamento, a região manteve-se à parte do processo de urbanização da cidade, as unidades agrícolas ali instaladas se desenvolveram como núcleos mais ou menos autossuficientes. Mantiveram até meados do séc. XX o aspecto rural herdado desde os tempos em que Salvador de Sá, nos idos de 1600, dividiu a sesmaria entre seus filhos, cabendo a Gonçalo de Sá a região que ia desde o Arroio Pavuna até os lados de Guaratiba” (p. 51).

[5] O plano de Lúcio Costa potencializava a região a ser um “pólo nodal da cidade”, transformando a Barra da Tijuca em “um centro alternativo”, *Centro metropolitano*, em detrimento do centro histórico. Lúcio Costa herdava o Plano de Diretrizes Viárias de 1951, “que criava uma malha viária para a área”. (Ibidem)

[6] Comunidade aparece como uma categoria nativa, o que nos obriga a segui-la e tentar entendê-la dentro do seu contexto. Dentre muitas outras categorias do campo, esta talvez seja a central, visto que é a partir dela que seguiremos a estruturação apresentação do artigo. Para uma discussão no plano conceitual, ver “Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados”, de Leticia de Luna Freire (2008).

[7] Nas palavras de Heidegger: “construímos e chagamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos *como aqueles que habitam*” (1954, s/p)

[8] D. Mariza relatou a sua trajetória na comunidade durante os dias que fiquei na Vila Autódromo por conta do “Ocupa Vila Autódromo”. D. Mariza, na ocasião, estava abrigada na casa de Dona Penha.

[9] O Rio2 é um conjunto de condomínios, localizado (uma de suas entradas) na Av. Embaixador Abelardo Bueno, próximo ao parque aquático Maria Lenk. Conta com uma associação de moradores (AMORIO2) de seus 24 condomínios; os moradores do Rio2 dispõem de ônibus para os condôminos, shopping do condomínio, além de um centro comercial.

[10] Fernandes (2013) responsabiliza a “incapacidade do poder público em dar seguimento à urbanização” da região: “diariamente, a sujeira vestida pelos *shoppings* e condomínios é lançada nos rios e lagoas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, que estão poluídas e cujas águas fétidas escorrem para o mar” (s/ paginação).

[11] A *descontinuidade daprática*, nesse sentido, não quer dizer que a pesca acabou na região, o que não é verdade; mas o fato da sua subsistência mostra que se antes a pesca era preponderante, deixou de ser. A questão aqui é o efeito disso.

[12] Todo o relato de Seu Pernambuco aqui citado foi retirado do livro SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. No mesmo livro, lemos que: “Seu Francisco, também chamado de Pernambuco, faleceu cinco meses depois desta entrevista. Morreu deprimido e desgostoso, em 02 de julho de 2014, aos 89 anos, uma semana depois de ser removido”. (Faulhabere Azevedo, 2015).

[13] Em processo anterior, buscando novos rumos urbanos para a cidade, a Zona Sul aparecia como “o contraponto ideal a uma cidade cada vez mais receosa dos perigos da superpopulação. Para além do discurso da salubridade, o Novo Rio despontava como alternativa de implementação de uma civilização imaculada, na qual o progresso não vinha acompanhado de ideia de regeneração, que passava a ser inevitavelmente associada à zona central da cidade.” (O’Donnell, 2011, p. 72)

[14] Coloco nos termos de Anderson (2008), para quem uma “comunidade imaginada” se apresenta como uma ordem de comunhão, de pertencimento, escondendo muitas vezes suas desigualdades internas em prol do estabelecimento de uma identidade. O objeto de análise de Anderson são os Estados Nacionais; mas é possível entender essa lógica dentro de outros parâmetros, como fazemos aqui. Dentre outras maneiras de construção de *desseimaginar*, Anderson mostrou o papel preponderante da *memória* nesse processo.

[15] Leitão e Rezende mostraram como a Eco 92 refletiu na construção dos condomínios da Barra da Tijuca, tendo surgido, como foi o caso do *Barra Golden Green*, empreendimentos com “baixa densidade construtiva e populacional a uma grande área verde, aproveitando-se, ainda, do marketing ecológico, já que seu lançamento ocorre durante o encontro mundial da Eco 92” (2012, p.3).

[16] Todo depoimento de Nathália apresentados aqui foi cedido no dia 4 de março de 2016, em sua casa na Vila Autódromo.

[17] Em 26 de março de 2014, 200 famílias se mudaram para os apartamentos do Parque Carioca, empreendimento localizado na Estrada dos Bandeirantes, que a Prefeitura apresentava como uma modalidade de negociação. Para o PPVA, essas famílias configuravam como “moradores ameaçados, ou mesmo cansados dos problemas de infraestrutura da comunidade, causados pelo descaso da própria prefeitura, começaram a avaliar que a segurança do novo apartamento seria melhor” (PPVA, 2016, p.19).

[18] Para Velho, “a consistência do *projeto* depende, fundamentalmente, da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos*” (p. 101).

[19] Esse tipo de situação foi descrita por Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Em suas visitas à Brás de Pina, em uma favela que estava em risco de ser removida pelo governo Lacerda, em 1964, “os líderes locais estavam querendo um instrumento reivindicatório e demonstrativo: um plano. Se tivessem um, poderiam discutir com o governo de igual para igual, usando sua mesma linguagem e seus mesmos fetiches. (Santos, 1980, p. 41).

[20] O PPVA foi sendo atualizado à medida que o espaço da comunidade sofria alterações. Tendo sua primeira versão lançada em Agosto de 2012, a proposta apresentava-se como um contraponto aos rumos traçados pela Prefeitura sobre a comunidade. “Resultado da troca de experiências e conhecimentos entre a população local e as equipes das duas universidades públicas, o processo de formulação do plano pautou-se pela realização de levantamentos de campo, oficinas e assembléias com os moradores, através das quais eram decididas as prioridades em termos de moradia, saneamento, meio ambiente, transporte, educação, saúde e cultura” (Freire, 2013, p.111). Teve sua última versão em 2016.

[21] A entrevista foi feita com D. Heloisa Helena no dia 11 de outubro de 2016, no Barra Shopping, Barra da Tijuca.

[22] Essa ideia aparece em Michel Agier: “O que me parece importante entender, me parece, é este agir ao mesmo tempo político e urbano: ele marca uma linha de partilha entre antes e depois. Esse movimento é uma tomada do espaço tanto quanto uma tomada da palavra, é o momento político porque é aquele que cria uma situação radicalmente nova. Eis por que os atores da margem, cidadãos sem cidade, ocupam um lugar à parte, precário mas exemplar nos movimentos que fazem a cidade (Agier, 2015, p 491).

[23] O “Ocupa Vila Autódromo” surge como um evento compartilhado publicamente nas redes sociais, através da página da comunidade no Facebook, que possibilita fazer o chamado e reunir “apoiadores” na comunidade e dar visibilidade à situação. Nesses eventos, que podem assumir o caráter de festival, os moradores se organizam para vender comidas e bebidas; projetam filmes relativos ao contexto; etc. Além do seu caráter festivo, o chamado “Ocupa Vila Autódromo” pode aparecer como um pedido de mobilização para organizar alguma ação que venha inibir as pretensões de remoção de moradores.

[24] Movimento Social organizado para divulgar as violações aos direitos humanos nos preparativos dos megaeventos no Rio de Janeiro (Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016)). Conta com colaboradores de diversas áreas, grupos de pesquisas universitários, movimentos sociais em prol do *direito à cidade*, etc. Divulgou Dossiês sobre as violações no Rio de Janeiro, abrangendo moradia, transporte. Também organizou o *Rio 2016 – os jogos da exclusão*, evento que aconteceu entre 1 e 5 de agosto de 2016.

[25] Enquanto *ação* no tempo ritual. Para uma discussão de *performance* a partir de Victor Turner, ver Cavalcanti, 2013.

[26] Temos como foco para este trabalho os moradores que tentam permanecer na comunidade, que negam as propostas apresentadas pela Prefeitura e apresentam alternativas à remoção. Obviamente não se trata de fazer um juízo moral entre os moradores, apenas apresentar essa variação de perfil.

[27] Ver “Vila Autódromo investe em espaços públicos enquanto remoções persistem”: <<http://rioonwatch.org.br/?p=17125>>. Acessado em: 16 de outubro de 2016.

[28] A professora Diana Bogado teve a oportunidade de falar sobre essas experiências recentemente em um dos seminários organizados pelo Laboratório de Antropologia da Arquitetura e dos Espaços (LAARES/IFCS/UFRJ).

[29] Uma das tarde na casa de D. Penha, na quinta-feira, 25 de fevereiro, quando os moradores e “apoiadores” almoçavam a espera da chegada da “prefeitura” para derrubar a casa, na garagem, que era a principal entrada da casa, um operário da obra entrou enganado perguntando se ali era a “pensão”, e foi orientado a seguir a rua até os fundos da casa de D. Penha, onde encontraria a garagem da pensão que servia almoço. Depois que ele se retirou, o ocorrido foi motivo de risadas.

[30] “Urbanismos informais: uma aproximação investigativa”, Revista Contraste, 3ºed.

[31] Vila Autódromo sobrevive após anos de briga e será a vizinha ‘humilde’ dos jogos”, Rafael Oliveira: <<http://extra.globo.com/esporte/rio-2016/vila-autodromo-sobrevive-apos-anos-de-briga-sera-vizinha-humilde-dos-jogos-19815054.html>>. Acesso 1 de agosto de 2016.

[32] Diana Bogado apresentou “A Experiência do Museu das Remoções” em um dos Seminários do Laboratório de Antropologia da Arquitetura e dos Espaços (LAARES/IFCS/UFRJ), no dia 22 de setembro de 2016.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2008. p. 32 e 33.

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

\_\_\_\_\_. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. Rio de Janeiro: **Revista Mana – Estudos de Antropologia Social**, 21(3), 483-498. 2015.

APPADURAI, Arjun. The Production of Locality. In: R. Fardon (ed.), *Counterworks*. London: Routledge.

\_\_\_\_\_. Soberania sem territorialidade: Notas para uma geografia pós-nacional. **Revista Novos Estudos**, nº 49, Nov. 1997. Trad. Heloísa Buarque de Almeida.

ARANTES, Antonio A. A Guerra dos Lugares: Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminariidades no Espaço Urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23, p. 184. Ano 1994.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama, Ritual e Performance em Victor Turner. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 03.06: 411-440, Nov. 2013.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. "Bairros, contexto e intersecção". In: G. Velho(org.), **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 58-79. 1999.

FERNANDES, Tatiana. Barra da Tijuca (RJ), Plano Piloto, Legislação e Realidade: o processo de urbanização, ocupação e suas consequências ambientais. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, Ano III, n 6, abril de 2013 – UFF.

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Revista Dilemas**, Vol. 1, no 2, Out-Nov-Dez, ano 2008.

\_\_\_\_\_. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, ano XVI, nº 29, 2013, pp. 101-28.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Mal-Estar no Patrimônio: Identidade, Tempo e Destruição. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 28, nº 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. **Quando a rua vira casa**: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro, 3ª edição, Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?**. In: VELHO, Gilberto (org.). O Desafio da Cidade – novas perspectivas da antropologia brasileira. Ed. Campus, 1980. Rio de Janeiro.

HEIDDEGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. Trad. de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 1954.

INAM, Aseem. Urbanismos Informais: uma aproximação investigativa. São Paulo: **Revista Contraste**(3), FAUUSP, 2014.

LEITÃO, Geronimo. e REZENDE, Vera F. **Planejamento e realização da Barra da Tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense, 2012.

MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 19, no. 40, 2013.

Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: **Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**: Olimpíadas Rio 2016, Os Jogos da Exclusão. Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015\\_-\\_portugues.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf)>

NORBERT-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, K(org.). **Uma Nova Agenda Para a Arquitetura**. Ed. Cosac Naify, 2ª edição. São Paulo. 2006.

O'DONNELL, Julia Galli. **Um Rio Atlântico**: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011.

**PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO 2016**: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Trad.: Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Ed. Boitempo. São Paulo. 2015.

SAMPAIO, Lilian Amaral de. **Curicica, de “fim do mundo” a “Barra Olímpica”**. Dissertação de Mestrado – CPDOC/FGV, Março 2014.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas** – ação simbólica na sociedade humana. EDUFF, 1ª Edição, 2008.

VAINER, Carlos. **A Cidade de Exceção**. ANPUR, v. 14, 2011.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca. A Produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 15, nº 44, Out. 2000.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 1994.

Recebido em 24/10/2016

Aprovado em 21/12/2016